

## Pelos caminhos da lógica rumo ao delírio

Tudo na vida tem uma forma e um conteúdo. O próprio pensamento possui características formais e temáticas, quer dizer tem igualmente uma forma e um conteúdo. Nos últimos 20 anos, a maior parte dos estudos sobre os delírios, assentou, principalmente, sobre as alterações temáticas (conteúdo) do pensamento. Certamente que tal tendência coincide com o ambiente cultural e social que animou, de algum modo, o último quarto de século, não sendo naturalmente alheia a esta focagem o cunho algo imediatista de forte tonalidade materialista e até concupiscente<sup>1</sup> marcando o desenvolvimento científico nos derradeiros anos do segundo milénio. Porém, a nós parece-nos que seria certamente mais adequado, estudar os delírios integrados nas alterações funcionais do acto de pensar, ou, melhor ainda, tratá-los como transtornos ligados à própria formatação do pensamento, formatação essa que resultaria não só do caminho que os juízos assumem no momento de nascer, mas, sobretudo, do processo que utilizam quando se desentranham do *bio-espírito*<sup>2</sup>.

Olhemos o terreno que queremos desbravar através dum exemplo da vida quotidiana. Um estudante durante uma prova escrita, ao tirar o lenço do bolso, deixa cair um maço de papeis eventualmente relacionados com a matéria de avaliação. O professor olha para ele, com um ar prospectivo, franze o rosto, mas nada diz. Sem dúvida desvalorizou o episódio. Perplexo, o estudante vê nos resultados finais da prova uma nota não condizente com as suas expectativas. Instalou-se então na sua consciência um fundo vivencial de tal insegurança que, a partir deste episódio, teve lugar um acentuado sentimento de desconfiança seguido, eventualmente, da vivência de

---

<sup>1</sup> Nota: A tendência ao triunfo imediato que caracteriza o homem moderno configura um certo desejo egoísta centrado na “concupiscência do saber, do sentir e do poder (dominação)”.

Legrand, G. (1983): Dicionário de Filosofia, (Trad. de Armindo J. Rodrigues e de João Gama), Edições 70, Lda., Lisboa, Pg. 88.

<sup>2</sup> Nota: Bio-espírito – neologismo que usamos para designar a interface que liga o pensamento à estrutura biológica que o suporta.

perseguição, centrada sobretudo na figura daquele professor, minando, significativamente, as relações do estudante com a escola. Ora, sabemos que, na esquizofrenia (imagine-se um outro estudante com esta enfermidade), pode aparecer um fenómeno que, nos planos estrutural e temático, assume um perfil em tudo semelhante. Quer dizer, a vivência de perseguição decalca, em princípio, o mesmo percurso estrutural, isto é, nos dois casos, à insegurança segue-se a desconfiança, projecção desta sobre o elemento vivencial concreto considerado responsável pelo fenómeno e reacção da personalidade à ameaça que sobre si pesa. Considerando então os dois estudantes, aquilo que nos permite distinguir cada um dos estados persecutórios assenta no seguinte: enquanto que no caso da esquizofrenia não encontramos qualquer causa no mundo vivencial interno ou externo que justifique a erupção do fenómeno persecutório, no caso do outro estudante compreendemos “geneticamente” o fenómeno, quer dizer somos capazes de o decalcar no comportamento do dia a dia de cada um de nós. Suponhamos que o estudante esquizofrénico seleccionou também, no trama do seu delírio, o professor (como tantas vezes acontece) como agente persecutório. Num caso e noutro cada um dos sujeitos identificou um perseguidor falso (o juízo de valor é nosso) e agiu perante ele de forma relativamente semelhante. Portanto, o conteúdo revela-se praticamente igual. Sendo assim, então o que é diferente? O que se assume radicalmente diferente é a formatação do pensamento, muito particularmente ao nível da produção dos seus elementos mais básicos, os juízos. Daí a necessidade de nos determos um pouco ao redor da formação dos juízos, enquanto objectos de análise daquilo a que se chama lógica, essa disciplina que exhibe no frontispício “um dos nomes mais equívocos do vocabulário filosófico”.<sup>3</sup>

A lógica estuda o pensamento, enquanto rosário de juízos, no seu aspecto normativo, velando pela concordância formal dos juízos, sem ter muito em consideração a questão dialéctica e temática. Daí a importância que lhe atribuímos enquanto objecto de estudo na análise estrutural e formal do delírio. Porém, o chamado pensamento lógico só adquire a sua plenitude formal em plena adolescência. Antes, durante toda a infância, o pensamento progredira

---

<sup>3</sup> Marías, Julián (1956): *Introducción a la Filosofía*, 4ª edição, Ed. Manuais de la Revista Occidente, Madrid, Pg. 297.

agarrado às coisas concretas da vida (pensamento concreto), embora esboçando já viagens para fora do mundo substantivo, estimulado por uma força excepcional e distintiva da espécie humana a que chamamos curiosidade. Nos primeiros anos da vida essa força tem uma textura marcadamente inespecífica, quer dizer, pouco selectiva, todavia sedenta de conteúdo, empurrando a criança para a descoberta do mundo, levando-a a interessar-se mais e mais, sem nunca se saturar, por tudo aquilo que objectivamente a envolve, seja no espaço intuitivo, seja no espaço geométrico do seu pequeno mundo, seja no movimento deslizante que começa a ensaiar sobre o carril do tempo, primitivamente percebido como uma espécie de serpentina que se desenrola à sua frente rumo ao futuro. Nesta fase, a curiosidade assume-se como uma arma poderosa, diante da qual o pensamento galopa ao encontro de novas experiências, derrubando fronteiras e criando mundos sediados nos territórios do sonho e da fantasia. No princípio, esses mundos mais não são do que sequências de imagens, singelas representações mentais, desenhos imberbes traçados no psiquismo nascente, fluindo aos soluços, tropeçando nas próprias tintas que vão marcando os caminhos selvagens do raciocínio. Estamos em pleno nascimento do mais precioso atributo humano - o pensamento. Trata-se, por enquanto, apenas dum esquisso informe, descarrilado ainda das linhas básicas da vida – tempo e espaço. Depois, as representações mentais como que se contraem e fundem noutras produções, nesses cristais simbólicos privativos do homem que constituem as palavras. Nasce assim a linguagem, instrumento fundamental na criação de condições para a formação dum mundo especificamente humano. Com a linguagem o ser passa a dispor então de uma nova categoria que lhe permite relacionar-se com o meio ambiente de forma mediata, através desses tais elementos fonéticos, carregados de significado (as palavras), passíveis de serem trocados e decodificados nesse fantástico exercício relacional que constitui a convivência humana e que fundamenta a coexistência, alicerce básico do *homem social*.

Então, através da linguagem, o homem passa a somar à relação imediata com o mundo, que a sua condição de animal lhe proporciona, a relação mediata que a sua condição de detentor e gestor de palavras, as tais condensações carregadas de significado, lhe fornece. Mas, ao decompor as frases que suportam a linguagem, esbarramo-nos com tremendas

complexidades lógicas, como seja, por exemplo, o sentido do significado, talvez melhor dito o sentido do sentido da própria linguagem. O significado das coisas corresponde, ele mesmo, a um conjunto de significados, certamente mais elementares, de imagens parcelares que emergem do apertado retículo vivencial de cada experiência. Aliás, o que conta na definição do mundo não são as coisas mas os factos<sup>4</sup> - “o mundo é a totalidade dos factos”<sup>5</sup>; e estes diferem das coisas (das coisas nomeadas, por exemplo um pião ou um rouxinol). Os factos correspondem às coisas de certa forma situadas, ou seja, o pião a dançar, a zunir ou o rouxinol a cantar, ou parado ou a debicar alpista, quer dizer o rouxinol enquanto ente que me defronta, com o qual eu me relaciono.

Os símbolos que representam as coisas, de facto, representam um pouco mais, isto é ultrapassam as coisas concretas e abstractas (o rouxinol cinzento que estou a ouvir ou o rouxinol no sentido geral). Mas os símbolos (palavras) têm também significados diferentes de acordo com o contexto em que são usados, quer dizer não existe um conceito unitário da palavra. Meditemos. Quando pronuncio a palavra eu, posso fazê-lo pelo menos em quatro sentidos; no sentido afirmativo assumindo qualquer coisa comigo relacionado, no sentido inverso rejeitando a autoria de algo, no sentido de júbilo por uma qualquer coisa a mim atribuída ou no sentido de mágoa por algo que lamentavelmente me está reservado. Tal sentido orienta-se sempre de acordo com o colorido intencional que dou à expressão, explicitando-se esta por diversos símbolos (seja a entoação, a modulação ou outro qualquer elemento expressivo) destinados a impressionar o destinatário da mensagem. Daí que a eficácia do sentido dependa sempre da coerência da conjugação dos diversos sentidos dos distintos símbolos usados. Os quatro sentidos do nosso exemplo são formatados no todo da minha intimidade, todo esse que, por momentos, se

---

<sup>4</sup> Nota: O facto é aquilo contra o qual o pensamento esbarra, algo que se lhe impõe vindo de fora. “Um facto não é uma coisa. Segundo Husserl, a árvore que tenho diante dos meus olhos é apenas uma coisa; o que é um facto, é a sua presença perante os meus olhos”.

Legrand, G. (1983): Op. Cit., Lisboa, Pg. 167.

<sup>5</sup> Wittgenstein, L. Em: Weischedel, W. (1999): As Escadas dos Fundos da Filosofia, (trad. de Edson D. Gil), Ed. Angra – Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência, S. Paulo, Pg.328

reduz, para este efeito, à estrutura neuro-psicológica responsável pela linguagem. É neste sentido que “o significado da palavra é o seu uso na linguagem”<sup>6</sup> e esta representa a codificação simbólica de tudo que é vivido, vivenciado e dizível, marcando, de forma indelével, os limites do mundo de cada um, mesmo quando esse mundo está minado pela torrente delirante.

O solene terreno da lógica aparece-nos assim retalhado em questões de forma e de conteúdo. Em psicologia, este último termo, designa o conjunto de factos psíquicos que *constituem*<sup>7</sup> a consciência num determinado momento. E este conjunto orienta-se, como observámos já, segundo, pelo menos, os seguintes eixos: coisas e factos, significados e respectivos sentidos e sentidos dos próprios sentidos. A consciência nunca está vazia, ela é sempre consciência de qualquer coisa exterior a si, transcendendo-se para as coisas e para os factos, munida de intencionalidade e disponível para a empolgante tarefa da inter-subjectividade<sup>8</sup>. É neste campo subjectivo (subjectividade transcendental) e na dinâmica relacional – *homem - mundo* que nascem os fenómenos; e é também aqui que se busca a elucidação das significações e dos sentidos ideais (ou pelo menos mais ajustados), num processo orientado para a procura da verdade (verdade subjectiva, bem entendido) seguindo regras racionais que, no seu conjunto, constituem a lógica formal, sendo que esta lógica se serve, evidentemente, dos elementos do real para a sua concretização. Mas o que é afinal o real? O verbo *ser* exclui, de alguma forma, o irreal! Portanto, o real opõe-se ao ilusório e ao imaginário; porém, sem

---

<sup>6</sup> Wittgenstein, L. Op.Cit. Pg. 332

<sup>7</sup> Nota: “O homem, que é consciência, e o objecto da consciência, correspondem-se. É pura construção (abstracção) separar a consciência como acto da consciência com conteúdo”.

Scharfetter, Ch. (1977): *Introducción A La Psicopatología General*, Ediones Morata, S.A., Madrid, Pg. 53.

<sup>8</sup> Nota: Noção defendida por Edmundo Husserl (1859-1938) na fundamentação da fenomenologia contemporânea. A noção de inter-subjectividade acaba por constituir, a nosso ver, a contra-face duma outra noção que é básica para o estudo do delírio – a realidade inter-humana comum.

Mueller, F.L. (1976): *A Psicologia Contemporânea*, (Trad. Maria Angelina Rodo), Publicações Europa América, 4ª Ed., Lisboa, Pg. 188.

imaginário como poderia o homem avançar hipóteses, equacionar soluções, antecipar resultados, numa palavra construir ciência e acumular conhecimento? Como poderia o homem, enfim, perseguir a verdade?

Os moldes constitutivos dos códigos de registo das regras racionais que compõem, no seu conjunto, a lógica formal, estão como que impressos na intimidade de cada homem, servindo de fundo arquetípico à coexistência humana na base daquilo a que se chama a realidade inter-humana comum (ver nota 8).

Neste contexto, surge, à escala antropológica, uma espécie de lógica universal, na qual a realidade se assume, de certo, como o objecto da ciência e do conhecimento e, a verdade, como o objecto da lógica. Realidade e lógica estão assim permanentemente amarradas pelas cordas entrançadas da verdade e do conhecimento (científico ou não). A realidade pode ser abstracta ou concreta. Por exemplo, uma alucinação é uma realidade para quem experimenta a vivência alucinatória, transformando-se numa outra realidade para quem observa de fora a experiência alucinatória de outrem.

Assim explanados, os limites da realidade e da lógica são relativamente confusos, exigindo sempre do observador cuidados redobrados para evitar quedas em juízos apriorísticos, sempre perigosos em matéria de avaliação psicopatológica.

Há, de facto, uma realidade básica, que é comum ao fluir das relações interpessoais. As malhas que tecem estas relações são constituídas pelos argumentos que emanam da mesma lógica, isto é da mesma verdade. Por outras palavras, são construídas pelas verdades comuns a todas as pessoas ditas normais para uma determinada sociedade, entendendo-se esta – a sociedade - enquadrada por coordenadas espaciais, temporais e culturais específicas, vectores que conferem à parcela social em causa uma afinidade própria. É esta a realidade inter-humana que permite não só a convivência social, mas também a comunicação interpessoal, pautadas ambas pelas leis da lógica. Do terreno desta realidade inter-humana, que é comum a todos os indivíduos que constituem a malha psicossocial, liberta-se o perfume da confiança que, de certa forma, garante o sucesso da convivência. Ora, no delírio, especialmente no delírio esquizofrénico, está minado este terreno (o campo da realidade inter-humana comum), adulterada por consequência a

lógica que lhe serve de suporte e facilitada, por esta via, a queda para a exclusão interpessoal. Estamos, assim, no pórtico do mundo delirante.

Mas, afinal, o que é o delírio? Costuma dizer-se que é uma convicção privada completamente desinserida da realidade, correspondendo portanto a uma ruptura com a realidade inter-humana comum.

E o que se entende, no momento actual dos saberes, por realidade inter-humana comum? Numa leitura que assumimos ser reducionista diremos que por tal realidade entendemos o conjunto de regras que compõem a malha lógica e ética indispensável para o exercício da convivência humana, elementos básicos para a elaboração crítica e para a argumentação a propósito das coisas concretas.

O delírio é então uma convicção, pessoal, privativa, polarizando à sua volta toda a vida do sujeito. Muito próximo desta convicção, singularmente privada, estará o fenómeno da fé e da superstição, daí a necessidade de se ponderar a existência dum delírio em função de contextos de natureza cultural e social.

O delírio vive-se no campo da experiência e no campo do pensamento (dois pilares da consciência da realidade), sublinha Jaspers.

A realidade torna-se privada e deixa portanto de constituir o pressuposto básico de entendimento do sujeito com o mundo dos outros.

No mundo psicológico normal este pressuposto a que chamamos realidade é tão evidente que nem nele pensamos. Porém, <sup>9</sup>“o que nos é evidente a cada momento, costuma ser também o mais enigmático”.

A vivência da realidade apenas se pode descrever como um fenómeno primário. Só na patologia, particularmente no delírio, é passível de ser desmontada e fenomenologicamente contemplada. Na sua essência é então possível observar (segundo Jaspers) as seguintes características:

“O real é o que percebemos corporeamente...” - oposição às representações.

“A realidade está na consciência do ser...” - consciência da existência – perde-se no alheamento. “Real é o que nos opõe resistência...” - Tudo que trava o nosso movimento físico, tudo que impede a realização imediata dos nossos

---

<sup>9</sup> Jaspers, Karl (1911 – 1ª edição alemã): Psicopatologia Geral, Vol.I, Editora Atheneu (Brasil) Página 115

desejos e tendências; estende-se desde a palpabilidade do que é táctil até à percepção do significado das coisas. Deve-se fazer a distinção entre o carácter de objecto das coisas sensorialmente reconhecidas e o juízo de realidade. O nosso juízo crítico está apto, em condições normais, a estabelecer rapidamente a distinção entre o que parece, por exemplo um firmamento de estrelas nos topos dos pinheiros expostos à luz do sol e a realidade - não há corpos celestes no céu dos pinheiros, mas tão só bolas de resina que brilham como estrelas quando beijadas pelo sol. O delírio é assim uma transformação na consciência global da realidade.

Nem sempre o delírio significa desmoronamento, desagregação. De facto, em geral quando pensamos no delírio e no sujeito que o resguarda e transporta, fazêmo-lo, quase sempre, orientados para a presença dum clima de declínio, deterioração e ruína, particularmente no que concerne à evolução que ambos (delírio e pessoa) sofrem. Porém, tantas vezes o delírio assume uma espécie de organização positiva, estruturando-se progressivamente, sistematizando-se, chegando mesmo a adquirir a textura dum edifício lógico não só coerente mas, sobretudo, convincente. Então, quer dizer, o conteúdo pode apresentar apreciável conformidade entre precedências, factos e ideias, explicitando, nestes casos, notável integridade semântica, gramatical e até estética, todavia o delírio existe e o facto de existir significa, de certo, que a formatação do pensamento seguiu rumos incompatíveis com as regras psicológicas mais comuns. Grandes produções artísticas e talvez científicas habitaram por algum tempo a esfera do delírio. Portanto, mais uma vez a vertente temática assume uma expressão multifacetada, por vezes de carácter desestruturante em termos de discurso, contudo, numa ou noutra ocasião, pelas frestas do delírio, escorre uma lava produtiva, carregada de lucidez e de criatividade, não raro reflectindo um tal brilho que cega quem o observa.

Onde se situa este pensamento tresmalhado que, frequentemente, flui sobranceiro e até arrogante ao lado do pensamento dito normal? Evidentemente que não é este ou aquele sector o responsável pela produção delirante. É o homem na sua totalidade que delira, é a própria interioridade humana por inteiro, até ao mais profundo dos seus recantos, que está mergulhada na ruína do pensamento. Claro que se olharmos o delírio (talvez melhor dito o delirar), não pela vertente temática, mas pela vertente formal

então, de certo, tem mais sentido a interrogação formulada neste parágrafo. Adiante voltaremos a esta questão. Por ora manter-nos-emos na análise psicopatológica do delírio.

Em 1911 Jaspers expõe, no seu tratado de Psicopatologia Geral, os critérios fundamentais que haveriam de definir o conceito de delírio, fazendo corresponder o delírio a uma transformação da consciência global da realidade. Esta transformação anuncia-se nos juízos de realidade e comunica-se através do pensamento. Diz Jaspers: “Só onde se pensa e se julga pode nascer um delírio”<sup>10</sup>. Define a ideia delirante como um juízo errado, falseado por uma qualquer causa patológica e caracterizado pelos seguintes sinais: convicção inabalável, extraordinária certeza subjectiva, impermeabilidade perante a experiência e a argumentação lógica, inverosimilhança do conteúdo. Karl Jaspers parte do seu conceito de compreensibilidade psicológica e estabelece dois tipos de ideias absolutamente distintas: As ideias delirantes primárias ou verdadeiras e as ideias delirantes secundárias ou deliroides. As primárias são incompreensíveis psicologicamente, isto é, não se vislumbra nelas uma causa compreensível, são mórbidas na sua estrutura, são irreduzíveis, originais, simples e elementares. As secundárias são psicologicamente compreensíveis, emergem de vivências ou de afectos, ou derivam de outros sintomas, mantendo as características de morbidade, de irreduzibilidade e de absurdidade. Estas três últimas características (morbidade, irreduzibilidade e absurdidade) constituem elementos fenomenológicos fundamentais para as distinguir de erros de avaliação ou de interpretação e de ideias sobrevalorizadas. O erro corrige-se após a reflexão (por mais parecida que uma rosa seja com uma camélia, um exame um pouco mais cuidado acaba por distingui-las). Ainda que muitos erros de interpretação possam apresentar as características de absurdidade e incorrigibilidade, nunca apresentam o carácter de morbidade, ao passo que a ideia delirante tem não só esse carácter mórbido tal como conserva a irreduzibilidade férrea perante a lógica e a absurdidade. A ideia sobrevalorizada espelha uma representação mental que predomina, permanente ou provisoriamente na consciência e que se relaciona

---

<sup>10</sup> Jaspers, Karl (1911 – 1ª edição alemã): Psicopatologia Geral, Vol.I, Editora Atheneu (Brasil) Página 118

com um estado afectivo que a suporta. Geralmente essas ideias (por exemplo opiniões sobre o mundo, sobre a vida ou sobre as pessoas) são adquiridas pelos hábitos ou pela educação e são impulsionadas pelos afectos tornando parciais os nossos juízos. A ideia sobrevalorizada reflecte geralmente a personalidade do seu portador, o que justifica a identificação significativa entre o retrato psicológico do sujeito e a ideia abraçada. Não é, portanto, estranha ao eu, contrariamente à ideia delirante que é (categoricamente) estranha ao eu. A ideia obsessiva, onde também predomina o carácter de permanência na consciência, está igualmente integrada no eu tal qual a ideia sobrevalorizada. O conteúdo obsessivo é, todavia, vivenciado como algo excessivo e até absurdo, contra o qual, geralmente, o sujeito luta. Distinta é a ideia sobrevalorizada, igualmente integrada no eu tal como a ideia obsessiva, mas experimentada como normal e portanto não absurda. O detentor de ideias sobrevalorizadas não luta contra elas como o faz o portador de ideias obsessivas, embora num caso e noutro as referidas ideias não sejam estranhas ao eu como acontece com as ideias delirantes. Em resumo, faltam portanto às ideias sobrevalorizadas os caracteres de irreducibilidade, de morbidade, de incompreensibilidade, de absurdidade e de estranheza ao eu que caracterizam as ideias delirantes.

Jaspers utiliza, como acima referenciámos, o seu conceito de *compreensibilidade – incompreensibilidade* para distinguir as ideias delirantes primárias das secundárias. As relações psicológicas são compreensíveis quando, analisado o estado psíquico patológico, damos conta que se desenvolvem montadas sobre situações conhecidas e de influência perfeitamente demonstrável. Isto é, nós próprios e a maioria das pessoas, quando mergulhadas em circunstâncias idênticas, reagiriam ou poderiam reagir da mesma maneira. Existem, portanto, nas relações psicológicas compreensíveis, nexos de causa e efeito que nós (observadores) entendemos perfeitamente. Pelo contrário, deparamo-nos na clínica com estados psicológicos de todo incompreensíveis, quer dizer, não se apura qualquer nexo de ligação entendível entre um estado psicológico X e outro que lhe dê origem.

O *compreender* tem então que ver com a continuidade de sentido entre as várias situações psicológicas do sujeito (estados de consciência) e as ambiências em que aquelas ocorrem. O observador tem, em certas

circunstâncias psicológicas, a possibilidade de co-penetrar a psique alheia e aí entender o encadeamento das vivências, sentindo que, em condições psicológicas idênticas experimentaria vivências semelhantes. Compreendemos algo quando lhe descobrimos o sentido.

Outro conceito, extraordinariamente caro a Jaspers e fundamental para o estudo da psicopatologia compreensiva foi - *o explicar*. Este conceito tem que ver com a busca de determinantes (causais, estruturais ou processuais) em função dos quais os fenómenos se produzem. Para Jaspers *o explicar* tem um sentido um pouco mais restrito e, corresponde apenas, ao enquadramento das situações psicológicas em leis regulares; trata-se de tentar racionalmente encontrar relações causais, observadas a partir de fora, sem a referida co-penetração na vida psicológica do sujeito. Trata-se assim de descobrir os determinantes causais (e apenas estes) dos fenómenos, apurados aqueles do lado de fora de sistema (não é portanto um explicar estrutural, na medida em que este se colhe sem que se tenha que sair do sistema) e também não é um explicar processual na medida em que para este tipo de explicar o determinante se confunde com o tempo de evolução do fenómeno, ou melhor, o determinante é o próprio tempo. Nesta pequena reflexão utilizaremos o termo explicar no sentido de Jaspers (determinante causal). Explicamos o cansaço acentuado dum doente sujeito a um tratamento por citostáticos. Compreendemos as rumações angustiantes deste paciente em relação ao seu futuro. Compreendemos igualmente um sentimento de vergonha experimentado por alguém que, subitamente, é surpreendido a tentar abandonar um supermercado sem pagar um objecto que leva escondido. Explicamos um estado de fadiga num indivíduo que acaba de ser operado ao estômago. Compreendemos as dúvidas e a angústia que o acompanha em relação ao prognóstico da enfermidade. Entendemos a apreensão de uma mãe que tem o seu filho doente. Mas não compreendemos que o facto de alguém ter encontrado na rua uma pedra preta entre outras pedras vulgares, seja um sinal absoluto que distingua esse alguém para uma qualquer missão especial.

É na clareza cortante desta incompreensibilidade (perante tudo o que é acessível à inteligência humana) que se inscreve a ideia delirante primária.

Karl Jaspers classifica as ideias delirantes primárias, utilizando critérios fenomenológicos e clínicos, da seguinte forma: percepções delirantes,

representações delirantes e convicções delirantes. Analisemos, ainda que brevemente, os diversos modos de delirar.

Percepção delirante - O doente arranca dum percepção em tudo normal, um significado, geralmente relacionado com ele e sem que a percepção sofra qualquer modificação no seu aspecto sensorial. Ilustremos com um exemplo: decorava a cómoda que ladeava a cama dum doente uma jarra armada com um elegante ramo de cravos brancos. Uma das flores destoava das outras pois havia perdido a posição erecta debruçando-se curvada e pálida para fora do rebordo da jarra. O paciente imediatamente estabeleceu uma relação entre este facto e o seu caso. As forças do mal haviam inclinado o cravo, marcando-o, fazendo-o curvar fortemente, roubando-lhe o viço, avisando-o (a ele) que estava subjugado, não valia a pena fugir; “eles estavam ali”. O transtorno não radica nas partes elementares da percepção – o cravo estava de facto curvado e menos viçoso do que os outros; nem na a percepção – um ramo de flores que decoram, perfumam e alegram um espaço; nem na ulterior elaboração intelectual – trata-se da expressão simbólica do apreço que quem oferece tem por quem recebe; mas sim no impulso à interpretação simbólica; a flor curvada encerrava um aviso para ele (vivência de significado).

Para Kurt Schneider fala-se em percepções delirantes “quando se agrega às autênticas percepções um significado anormal, no sentido, a maioria das vezes, da auto-referência e sem que exista para isso um motivo compreensível de índole racional ou emocional”.<sup>11</sup> E continua: “É como se, através da percepção, se expressasse uma verdade mais elevada”. Os fenomenologistas da primeira metade do séc. XX gastaram-se em discussões intermináveis ao redor do desenho fenomenológico deste sintoma, pois a sua presença, na opinião dos psicopatologistas clássicos quase garante o diagnóstico de esquizofrenia. É certo que em raras ocasiões onde pontificam doenças de natureza psico-orgânica, tóxica ou funcional (estados crepusculares epilépticos, psicoses tóxicas, quadros orgânicos), podem aparecer percepções que em tudo preenchem os critérios que indicámos para a percepção delirante, mas é sem dúvida na esquizofrenia que atingem o mais alto valor semiológico. Kurt Schneider integrou-as nos seus sintomas de 1ª

---

<sup>11</sup> Schneider, Kurt (1963): Patopsicologia 2ª Edição, Editorial Paz Montalvo, Madrid, Pág. 155

ordem, aqueles sintomas que se assumem como orientadores do diagnóstico. É claro que muitas referências que o sujeito, normal ou psicótico, liga a si (auto-referência) e que por sua vez são arrancadas de percepções normais, não são percepções delirantes, pois são compreensíveis no sentido de Jaspers, isto é, encontramos um nexos de causalidade perfeitamente verosímil, ligado quase sempre a factores de natureza emocional ou cultural. Contemplemos o seguinte exemplo: o jovem Ivo seguia com interesse, próprio dos seus vinte e poucos anos, uma rapariga que vivia próximo da casa dos pais. A moça ter-lhe-á dado algumas esperanças, prometendo-lhe novos encontros. De regresso a casa, o jovem assiste, emocionado, ao atropelamento dum gato que lhe pareceu escuro. No espírito de Ivo instalou-se, de imediato, a ideia de mais um insucesso afectivo. E assim aconteceu, diz-nos amargurado.

Trata-se neste caso dum dado semiológico com interesse psicopatológico reduzido. Os gatos, particularmente os pretos, quando a morte os surpreende de forma súbita e traumática, estão, na tradição popular, ligados a acontecimentos sinistros.

Muitas vezes os erros de identificação de pessoas deverão igualmente ser incluídos no campo das percepções delirantes e assim adquirir o valor diagnóstico máximo. Porém, é necessário todo o cuidado na análise do desenho vivencial, pois, frequentemente, tais erros podem estar ligados a transtorno de natureza tóxica, orgânica ou sintomática e até a simples distrações. De referir que esta característica (distracção) é cada vez mais comum na civilização actual onde, hoje mais do que ontem, se cultiva o egocentrismo e, por consequência, a distração sobretudo para as coisas do lado de fora da vida de cada um.

Ilustremos com um exemplo como um aparente erro de identificação pode ter um enorme interesse psicopatológico e assim inscrever-se no grupo das percepções delirantes: diz o jovem Rui referindo-se a seus pais (autênticos) – “aqueles que ali estão, aqueles que partilham a casa e a vida comigo, não são os meus pais de verdade; são actores duma peça cujo enredo está ainda por determinar”.

A percepção delirante não deriva, como acima dissemos, do estado emocional, nem tão pouco do humor prevalente num determinado momento.

Porém, tal facto não significa que quase sempre o eclodir do delírio, e, por consequência também, o desabrochar da percepção delirante (sem dúvida

o elemento mais nuclear do delírio) não seja precedida dum especial cenário afectivo, carregado de insinuações, medos, angustias, expectativas, ou mesmo exaltações. Tal conteúdo afectivo que brota do processo básico, compõe, no seu conjunto, aquilo a que uns autores chamam “disposição delirante” (Jaspers), outros “humor delirante” (K. Schneider), e outros ainda “disforia” (Lopez Ibor) e “trema” (K. Conrad). Mergulhadas neste vago humor, em si imotivado, as percepções significam já alguma coisa de íntimo e de especial. Todavia, por enquanto as percepções são ainda vagas e obscuras, emaranhadas numa rede de pressentimentos e de esboços de referências ao eu. A percepção ainda não encontrou o seu significado delirante. Isso só irá acontecer quando, batido por tempestades energéticas, o campo vivencial se abra como um ovo, que, depois de quebrado na esquina duma mesa, mostra finalmente o seu conteúdo: a clara, a gema, o embrião ou o espectro desagradável da deterioração (revelação). Embora a percepção delirante se ache sempre precedida, e, mais do que precedida, incluída, no humor delirante, não é, de todo, derivada dele. E nem sequer é necessário que coincidam na sua tonalidade afectiva. Muitas vezes o trema (humor delirante) é de exaltação e as percepções delirantes são de abatimento. Estamos perante mais um indecifrável degrau da enigmática incompreensibilidade que caracteriza a percepção delirante. Contudo, frequentemente uma observação atenta demonstra-nos a existência dum nexos relacional entre o colorido do humor e o significado despropositado e também auto-referencial que se dá à percepção. Só uma análise fenomenológica atenta nos permite distinguir muitas destas reacções catatímicas – paranoides, (o estado emocional está motivado por algo que aconteceu ou que se espera venha a acontecer) do delírio primário (percepção delirante).

Kurt Schneider conceptualiza a ocorrência delirante como um “figurar-se puramente ideativo”<sup>12</sup> e não uma “vivência de significado anormal, gratuita, referida a uma percepção”. A análise exaustiva a que procedeu nesta área tem sido fonte de algumas incompreensões e até de injustiças; o problema é, não só académico, como querem alguns, mas encerra em si a questão crucial da

---

<sup>12</sup> Schneider, Kurt (1963): Patopsicologia 2ª Edição, Editorial Paz Montalvo, Madrid, Pág. 162

psiquiatria, cuja essência se pode reflectir nesta pergunta? Reacção ou processo? É claro que muitos quadros processuais estão saturados de reacções de colorido paranoide; isto é, o acontecer processual corre paralelamente ao acontecer vivencial reactivo, tornando-se inevitável a mistura das vivências. Umas, serão então ocorrências vivenciais normais. Outras, serão ocorrências delirantes. E outras ainda, serão percepções delirantes. Só a agudeza do observador e o estudo fenomenológico apurado darão uma resposta tanto quanto possível próxima da verdade. E, tendo em conta os avanços terapêuticos dos últimos anos, a verdade diagnóstica, assume, nesta matéria, uma importância raramente repetível na psiquiatria.

Assim, o prestigiado autor alemão oferece-nos um magnífico desenho estrutural, uma espécie de esquema geométrico, do que vem a ser a percepção delirante na sua forma típica. É bímembra. O primeiro membro vai desde o que percebe, ao objecto percebido. O segundo membro vai desde o objecto percebido ao significado anormal. Ilustremos com um exemplo extraído da clínica.

Raquel escutou na telefonia a seguinte mensagem: “senhores ouvintes dentro de momentos transmitiremos, em directo de Fátima, as cerimónias religiosas alusivas ao mês de Maria.”

Aquilo tinha sido transmitido sem dúvida para ela. Apurou mais os ouvidos e tentou perceber na música que se seguia outros sinais a si destinados; e encontrou, de facto, tais sinais. A rádio difundiu depois um anúncio publicitário alusivo a uma marca de sabonetes e pastas de dentes. Sem dúvida que se teria de purificar (lavar) para a grande missão. Não precisava de mais nada, tudo estava absolutamente definido para o solene momento da distinção divina.

O primeiro membro liga Raquel (aquela que percebe) às informações radiofónicas que estão a ser transmitidas (objecto percebido); o segundo membro amarra o objecto percebido ao significado anormal (no caso presente a mensagem estranha que o conteúdo difundido – informação e anúncio - encerrava).

É claro que, como diz Schneider, na vida psicológica normal acontece a miúdo que os objectos abrigam, frequentemente, alusões (significados) que não condizem de todo com os dados sensoriais recolhidos a partir dos referidos objectos. Por exemplo no jogo do “bem me quer – mal me quer” um casal de namorados vê no desfolhar das pétalas o veredicto final a respeito do amor que

os liga. Fazem derivar esse veredicto da coincidência entre a última pétala desfolhada e o palavra bem ou mal. Aparentemente também aqui haveria uma estrutura vivencial bimembrada. Do jovem que percebe até ao malmequer percebido e, do percebido até ao significado estranho e relacionado aqui também com o eu. Porém, esta segunda parte da percepção pertence ainda ao primeiro membro; a interpretação arrancada da percepção em causa é perfeitamente compreensível à luz da tradição e da crença generalizada que as sociedades conservam nestes mitos. O segundo membro (no fundo aquele que caracteriza a percepção delirante) começaria então a partir de todas as interpretações compreensíveis de forma em absoluto imotivada.

A ocorrência delirante relaciona-se com vivências mnémicas. Estados de consciência rememorados ligados ou não a percepções experimentadas no passado. O conceito de ocorrência delirante, para além de ter muito menor valor diagnóstico, não é tão susceptível de ser definida fenomenologicamente uma vez que estão muito próximas de ocorrências acontecidas em pessoas normais, em personalidades obsessivas e em personalidades mitomaníacas ou com tendência a debitar ideias sobrevalorizadas. Kurt Schneider chama a atenção para o cuidado que o observador deve ter com a verosimilhança duma ocorrência e, no entanto, ela ser delirante e pelo contrário algumas ocorrências que parecem de todo inverosímeis sendo contudo absolutamente reais e por conseguinte normais. Eis um exemplo: Luisa lembra-se dum palhaço de cartão que o Menino Jesus lhe havia oferecido num distante Natal quando tinha seis anos. Afinal, aquele palhaço encerrava já uma verdade infosfismável, acreditava convictamente hoje. O boneco transportava uma mensagem que só agora emergira na consciência de Luisa com uma clareza cortante. A sua vida haveria de ser uma farsa e, a humilhação e a manipulação da sua mente, a que doravante estaria sujeita, seriam as suas marcas mais elementares.

A análise estrutural revela-nos que quando se agrega a uma recordação (representação), um significado estranho, especial e incompreensível estamos também perante uma vivência bimembrada. O primeiro membro vai da representação ao significado real e o segundo membro do significado real (percepção rememorada) até ao significado delirante. Em todo o caso torna-se por vezes difícil valorizar o carácter especial que se cola aos significados das ocorrências Tanto mais que esse carácter especial nos aparece também na vida psicológica normal (certos pressentimentos que se ligam a algumas

recordações, especialmente em estados de exaustão, como acontece em noites de insónia) e ainda na vida psicopática e na vida psicótica nem sempre esquizofrénica. É exactamente por isso que a sua presença, num quadro clínico que mais não tem do que vagas ocorrências delirantes, não garante qualquer diagnóstico de psicose e muito menos de esquizofrenia. Em todo o caso, a tenacidade com que o fenómeno (o tal significado estranho) se impõe ao eu, o aspecto de revelação que ele possua, o carácter de algo sinistro ou bizarro, são elementos de suspeição a ter em devida conta em relação à possibilidade de estarmos diante dum elemento psicopatológico com evidente força diagnóstica. Frequentemente o clínico defronta-se com situações psicopatológicas carregadas de forte valor semiológico e que nascem, quase em exclusivo, de dados mnémicos que são vivenciados agora de forma aparentemente delirante. A presença daqueles elementos garante, pelo menos, a suspeição. Estes fenómenos enquadram aquilo a que alguns autores chamam representação delirante.

Toquemos agora ao de leve a questão da convicção delirante. Em certas ocasiões o sujeito sente-se inundado, até ao topo da sua intimidade, por uma espécie de força sobrenatural ou por certezas absolutas que só ele pode conhecer. Sente-se possuidor de saberes singulares que lhe chegam transportados por forças estranhas ao eu. O paciente adquire subitamente a convicção de que certos factos ocorreram, embora tal ocorrência seja de todo absurda e inverosímil aos olhos do observador. Ilustremos com um exemplo extraído da clínica: Mariana fita-nos com olhos carregados de espanto e de dor; confessanos, torturada, uma experiência que estava a viver. Recebera momentos antes um sinal claro avisando-a de que todos os seus familiares directos teriam falecido subitamente pela manhã. Naquele momento solene estariam, de certo, sentados no *Tribunal do Céu* a prestar as suas contas a Deus.

Regressemos aos terrenos da lógica para prosseguir os caminhos do delírio.

O verbo delirar sugere distanciamento (do sujeito em relação a outros sujeitos), separação (do sujeito em relação à materialidade da existência), alheamento (do sujeito em relação a si próprio). Neste sentido o termo pressupõe uma dupla verdade: a verdade enquanto adequação à realidade e na qual o sujeito se identifica consigo próprio na medida em que é reconhecido

pelos outros como tal e se identifica com o mundo dos outros; e a verdade enquanto verificação lógica ( $A=A$  logo  $A \neq B$ ) e aqui, o sujeito delirante, nega o princípio da não contradição, ao aceitar, passivamente ou não, a realidade dos outros e a sua própria realidade como passíveis de coexistência. Esta dupla realidade não permite ao sujeito apreender uma totalidade coerente, o que o encerra em meias verdades ou em meias mentiras que lhe abrem as portas para o mundo da efabulação, onde se misturam elementos reais e fictícios. O homem delirante, especialmente aquele cujo modo de pensar o projecta para fora da realidade inter-humana comum aos demais, parece capaz de sonhar e de experimentar a dor sem qualquer conhecimento apriorístico. E mais, cada uma destas vivências podem rodar num ou noutro caminho, ou ainda, o que é espantoso, nos dois caminhos ao mesmo tempo.

É realmente enigmática a facilidade com que o doente passa do seu indiscutível mundo, um mundo severamente único e privado, para o mundo dos outros, em que ele vive e que em cada momento lhe contradiz, de todas as maneiras, as suas indubitáveis convicções.

Frequentemente o tema do delírio, isto é, o seu conteúdo, aparece ligado à realidade e, nesta medida, mais ou menos adequado a ela. Mas a forma como se explicita a doença que o produz processa-se desadequadamente, porque a “forma”, essa, remete para referências espaço-temporais necessariamente subjectivas o que leva ao desencontro (fuga espaço-temporal) do sujeito em relação ao mundo.

O homem delirante parece suportar melhor a realidade porque a parte ao meio, a divide, a comparte e atribui diferentes significados a diferentes aspectos da vida, acabando por se “obcecar” por um ou por outro. Há como que um “no sense” (con) sentido por ele e pelos outros sob o estigma da doença. Doença esta que acaba por se revelar um refúgio para a excentricidade do carácter.

Parece, pois, poder afirmar-se que o delírio (afecção nuclear de muitas doenças psicóticas) se conjuga com o princípio do prazer (falamos do prazer em sentido lato, isto é, busca de emoções boas ou más para além da normalidade), enquanto que o real se conjuga com o princípio da realidade e, a psicose, geralmente não permite ao sujeito discernir a sua subjugação à vida real, (age por conta própria).

Se especularmos sobre o arquétipo da doença delirante recuamos até ao mito em que o princípio da identidade e o princípio da não contradição não são reconhecidos e compreendemos que a “doença” do delirante e a “saúde” do homem mítico se atribuem mutuamente, por razões de conformidade, a padrões culturais, a coordenadas espaciais e temporais e a uma perspectiva etnocrática de encarar os comportamentos. Aliás, a polida lupa da chamada modernidade, oferece-nos arquétipos em tudo semelhantes: Fernando Pessoa quando nos eleva até aos patamares do sublime em *Mensagem*, é um génio; quando se reparte em heterónimos é, no mínimo, um excêntrico, quando não um delirante. Camilo Castelo Branco quando descreve o *severo* parlamento português em “A Queda dum Anjo” é o príncipe do talento e da ironia<sup>13</sup>. Quando dá livre curso às suas explosões de amor é um lunático e um tarado.

Para procedermos a uma verdadeira compreensão acerca do ser delirante teríamos de recorrer, à luz de Michel Foucault a uma arqueologia dos saberes. Se sujeitarmos o pensamento humano a um estudo arqueológico, facilmente demonstramos a juventude do homem à escala filogenética e talvez também o seu fim próximo<sup>14</sup>. Há pois um método arqueológico que informa a obra de Foucault que apesar de não procurar reconstruir um passado remoto inquire o que caracteriza a sociedade, desde as várias configurações dos saberes até às manifestações tidas por marginais (loucura, doença, prisão, sexo) e que Foucault ousou inscrever na problemática filosófica. Foucault apresenta uma trama de “causas do acaso”, pelo que mesmo os saberes mais exactos estão marcados pelo estigma do transitório (a matemática e a lógica por exemplo), resultando de uma disposição temporária dos discursos (o novo transforma-se como que sujeito a um cego princípio de conversão e o que era já não é).

---

<sup>13</sup> Nota: “O dono da língua portuguesa” como a ele se referiu em conversa pessoal tida conosco no ano de 1992 o escritor brasileiro Otan de Matos, autor duma extensa obra da qual destacamos “Um brasileiro no Portugal de Camilo”.

<sup>14</sup> Foucault, M. (1996): *As Palavras e as Coisas*, Edições 70, (Trad. António Ramos Rosa), Lisboa.

Apesar de tudo, no plano empírico e pragmático, o delírio tem-se mantido incólume e surdo em relação à diversidade dos discursos e dos saberes ao longo dos últimos cem anos.

Como já sublinhámos, e tendo em conta toda a fenomenologia do acontecer delirante, especialmente no que concerne ao delírio esquizofrénico, concluímos que não se pode falar em delirar, sem englobar no conceito toda a personalidade; quer dizer não se pode falar desta ou daquela zona da personalidade, desta ou daquela função psicológica a delirar, mas sim num delirar global da personalidade. E toda a personalidade está como que amarrada às leis férreas da lógica formal. De facto, delirar corresponde a algo que se produz, a algo que se constrói; e, quem produz e quem constrói é a personalidade no seu todo. É neste sentido que se pode falar numa nova forma de existência, que flui ao lado da outra, ao lado daquela que se combate, mas da qual raramente se pode escapar de todo. Estamos perante uma segunda forma de “estar no mundo”<sup>15</sup>, mais privada do que a outra, e, sobretudo, mais sábia (na convicção íntima do paciente), pois arranca dum saber absoluto que não carece de qualquer comprovação e dispensa, quase por completo, as leis da lógica formal. A questão suprema da erupção do pensamento delirante reside exactamente neste ponto.

- Será o pensamento, no seu íntimo e primeiro acto de formatação, que dispensa a malha apertada da lógica; por outras palavras, será o pensamento que dispensa a sua *forma*<sup>16</sup>?
- Ou será a própria *forma* (nota 16) que, por qualquer erro primário (certamente no momento da descorporização do pensamento) desapareceu, escondeu-se, despromoveu-se, ou foi despromovida, ou tombou mesmo no abismo da doença?

---

<sup>15</sup> Nota: Expressão consagrada pelos filósofos existencialistas, especialmente cara a Martin Heidegger.

<sup>16</sup> Nota: Empregamos o termo *forma* no sentido de forma de oleiro, ou de pasteleiro; quer dizer referimo-nos ao objecto *forma*, com o *o* fechado como se pronuncia, por exemplo, o *o* de doce ou de pôr.

Prometemos continuar a reflectir sobre esta matéria em próximos escritos.

#### Bibliografia:

Foucault, M. (1996): As Palavras e as Coisas, Edições 70, (Trad. António Ramos Rosa), Lisboa.

Jaspers, Karl (1911 – 1ª edição alemã): Psicopatologia Geral, Vol.I, Editora Atheneu, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte.

Legrand, G. (1983): Dicionário de Filosofia, (Trad. de Armindo J. Rodrigues e de João Gama), Edições 70, Lda., Lisboa.

Marías, Julián (1956): Introducción a la Filosofía, 4ª edição, Ed. Manuais de la Revista Occidente, Madrid.

Mueller, F.L. (1976): A Psicologia Contemporânea, (Trad. Maria Angelina Rodo), Publicações Europa América, 4ª Ed., Lisboa.

Scharfetter, Ch. (1977): Introducción A La Psicopatologia General, Ediones Morata, S.A., Madrid.

Schneider, Kurt (1963): Patopsicologia 2ª Edição, Editorial Paz Montalvo, Madrid.

Wittgenstein, L. Em: Weischedel, W. (1999): As Escadas dos Fundos da Filosofia, (trad. de Edson D. Gil), Ed. Angra – Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência, S. Paulo.

Carlos Mota Cardoso